

As nuances econômicas

» SACHA CALMON
Advogado



O país, segundo Lucianne Carneiro, jornalista no Rio, mostra que a parcela dos pobres no total dos brasileiros deve encerrar 2022 acima da que estava há dez anos, em 2012. Um estudo da Tendências Consultoria prevê que a participação das classes D/E no total de domicílios brasileiros deve fechar o ano em 50,7%. Isso representa recuo em relação a 2021 (quando era de 51,3%), mas ainda acima da metade do total e superior aos 48,7% de 2012, levando-se em conta a população.

O levantamento considera como classe D/E aqueles domicílios com renda mensal até R\$ 2,9 mil, a preços de novembro de 2021. O montante considera os recursos disponíveis para toda a família. Ou seja, quanto mais numerosa ela for, menor é o valor para cada um do domicílio. O grupo reúne, portanto, pobres e também extremamente pobres ou miseráveis.

E mesmo a ampliação permanente das transferências sociais, com o novo Auxílio Brasil, não será suficiente para garantir o enxugamento das classes D/E no curto prazo, pois o país está emperrado. É a parcela mais pobre da população brasileira e também a maior proporcionalmente. A classe D/E tem forte dependência dos programas de transferência social como origem da sua renda, embora a maior parte de seus recursos seja proveniente do trabalho.

O estudo da Tendências aponta que pouco menos da metade (47,1%) da renda vem do trabalho, uma parcela também importante (39%) vem da Previdência Social, com aposentadorias, e 12,3% dos recursos são do Auxílio Brasil (que substituiu o Bolsa Família), somados ao Benefício de Prestação Continuada

(BPC). O item outros (1,7%) completa a lista.

Como efeito de comparação, a renda do trabalho responde por 90,8% dos recursos na classe C, enquanto, na classe A, essa fatia é de apenas 24,8%. Na classe A, três quartos (74,8%) da renda vêm de outras fontes, que incluem, por exemplo, lucros, ganhos de capital, juros e dividendos.

“O Bolsa Família foi reformulado e, agora, temos o Auxílio Brasil. Mas, mesmo com a ampliação dos programas de transferência, não enxergamos redução da fatia dos mais pobres na população, com mobilidade social muito reduzida nos próximos anos”, diz Lucas Assis, economista da Tendências, citando as condições ainda deterioradas do mercado de trabalho e a distribuição desigual de ocupações e rendimentos entre os trabalhadores brasileiros, conforme o estudo citado.

Quando se olha os dados depois do período do auxílio emergência (que vigorou durante a pandemia), claramente houve aumento da pobreza. Não se voltou ao que era nem em 2003, nem antes do Plano Real. Temos um nível de 13%, que é maior que os 8% que alcançamos em 2014, mas bem menor que os 34% de antes do Real. Uma parte do progresso alcançado naquela época se manteve”, para gaudío de FHC.

A classificação do Centro de Políticas Sociais (CPS), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) separa as classes D (pobre) e E (extremamente pobre). A renda domiciliar da classe E varia entre zero e R\$ 1.429, considerando preços de março de 2022, enquanto, na classe D, vai de R\$ 1.429 a R\$ 2.284. “Esse valor considera a renda do domicílio como um todo e, em geral, as famílias pobres e mais

vulneráveis são também mais numerosas”, explica Marcelo Neri, responsável pelo Centro, ponderando a influência do tamanho da família para a efetiva renda per capita. Neri é participante da equipe realizadora da pesquisa.

Isso é um escândalo, jamais vereis país algum, tenho dito com frequência. No governo Bolsonaro, por exemplo, a situação agravou-se. Ele, espertamente, não deixa as mentes de seus seguidores se concentrem na economia. Sua “conversa fiada” é sobre costumes com o bordão dos congregados marianos: “Deus, pátria e família”. Não menciona nunca o trabalho. Basta dizer que o pouco, o suficiente que aprendeu desde menino no vale da Ribeira, região muito pobre de São Paulo, foi em escolas estaduais até entrar no Colégio Militar e, finalmente, na Escola de Oficiais em São Paulo. Não é da elite das Agulhas Negras que só acolhe os melhores para serem seus cadetes.

Enfim, e como sempre, variamos o voto entre fanfarrões (é ver Jânio Quadros) e demagogos contumazes, como agora! De vez em quando, vem um Getúlio Vargas. De quando em quando, um Juscelino, fazer o país feliz. Uma das causas da angústia nacional é a polarização entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL), cada vez mais cristalizada!

As realizações dos governos forçam uma comparação entre a vida de antes e a de agora, em termos de renda, emprego, qualidade de vida e por aí vai. Lula deixou o governo em 2010, com o país crescendo a uma taxa de 7,5% e inflação de 5,9%; neste ano, o governo Bolsonaro projeta uma taxa de crescimento de 0,6% e uma taxa de inflação de 7,7%, segundo o último boletim Focus do Banco Central.

Educação como resposta aos desafios mundiais

» LÚCIA TEIXEIRA
Educadora, psicóloga e escritora, presidente do Semesp e da Unisantia

O mundo enfrenta uma série de desafios sem precedentes, do aumento de vulnerabilidade social e sanitária, por causa da pandemia, à crise climática, que ameaça a própria sobrevivência da nossa espécie, sem esquecer da polarização política que, em várias partes do mundo, parece abalar democracias já estabelecidas. A educação superior é impactada por todas essas tendências, ao mesmo tempo que tem o dever de dar uma resposta a elas.

Para buscá-las, os principais líderes, gestores e pensadores da educação superior mundial estiveram reunidos por três dias em Barcelona, na Espanha, durante a 3ª Conferência Mundial de Educação Superior da Unesco, cujo tema foi A Reinvenção da Educação Superior para um Futuro Sustentável.

Como se reduz a vulnerabilidade? Com educação. Como reforçar a democracia e a sustentabilidade ambiental? Por meio da educação. Mas a educação não se produz sozinha, ela exige vontade e intencionalidade política. Quando falamos em educação para um mundo complexo e em transformação, não se trata de pensar apenas na criança e no jovem, mas no ser humano ao longo de toda a vida. Precisamos aumentar o acesso à educação superior, porque o desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental depende disso.

No Brasil estamos muito abaixo do que seria desejável. Mesmo com o setor privado respondendo por 77,5% das matrículas na graduação, 84% em cursos de especialização e 31% na

pós-graduação stricto sensu, a taxa de escolarização líquida no ensino superior é de apenas 17,8%, sendo que a meta do Plano Nacional de Educação é de 33% até 2024. Levamos para debate nesse encontro mundial propostas para a criação de uma política pública para garantir maior eficácia e eficiência ao ensino superior do país, a partir dos pilares da educação, da ciência e da internacionalização, e estimular a expansão do acesso ao ensino superior.

Elas abrangem a adoção, por exemplo, de sistemas de financiamento com pagamentos vinculados à renda do aluno, similares aos de Austrália, Inglaterra, Coreia do Sul e Japão, para permitir equacionar a necessidade de expansão do acesso ao ensino superior com as restrições do Orçamento público. Assim como a ampliação do Programa Universidade Para Todos (Prouni), um dos mais exitosos em permitir acesso ao ensino superior privado a jovens que não teriam essa oportunidade.

Temos de nos voltar, ainda, ao aperfeiçoamento da educação profissional e tecnológica, que envolve o estabelecimento de trajetória articulada entre a educação técnica e profissional e a educação superior, autorização de cursos em formatos de certificações intermediárias e a criação de um sistema dual flexível de formação escola-empresa, aproximando as experiências de sala de aula da realidade do mundo do trabalho.

Também é fundamental a formação de professores, com a inter-relação da educação superior com a educação básica, por meio de

um olhar sistêmico para fatores que devem estar presentes em todas as formações decentes, promovendo revisão em todos os níveis de ensino. Assim como o apoio à ciência e à internacionalização por meio de investimentos e de decisões de longo prazo que permitam avanços nessas áreas estratégicas.

No mundo todo, a pandemia afetou desproporcionalmente os mais vulneráveis e expôs as desigualdades. Trabalhar para fazê-las desaparecer será mais um dos nossos desafios. No Brasil, quando a economia voltar a crescer, precisaremos de profissionais qualificados, mas vamos esbarrar na falta de capital humano. Temos que aumentar o acesso, qualificar, proteger os mais vulneráveis e aumentar a produtividade.

Políticas educacionais devem estar alinhadas a ambientes em que todos estejam voltados à inovação. Novos modelos de organização acadêmica exigem o uso intensivo das tecnologias, e os educadores têm importante papel na busca de soluções para o avanço de cada instituição e do país. Cada vez mais, a escola deve ser um espaço de transformação digital, aberto ao diálogo com outras instituições, que possibilite a formação dos indivíduos como cidadãos na sua plenitude e assegure a formação do capital humano fundamental ao desenvolvimento. Os debates em Barcelona evidenciaram que apenas superando os atuais desafios e compartilhando saberes e esperanças conseguiremos fazer a nossa parte para, de fato, podermos celebrar a educação como maior patrimônio da humanidade.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Ao policial o que lhe é devido

Quem conhece sabe: não é fácil a vida de policial. Principalmente num país que desponta como campeão mundial isolado em violência urbana. Vivemos, à semelhança de outros países que estão em conflito aberto, numa verdadeira guerra civil, com parcelas significativas de nossas metrópoles ocupadas e dominadas pelas mais diferentes facções do crime organizado, com leis próprias e um estatuto de regras draconianas impostas por esses facinorosos com tribunais do crime, com execuções sumárias e todo um clima de terror que somente as comunidades locais conhecem.

A lei do silêncio é regra que não pode ser descumprida, sob pena de morte. Aos fins de semana, em suas festas tribais, horas de traficantes e outros meliantes desfilam pela comunidade portando armamento sofisticado e de grosso calibre, que nem o Exército Brasileiro sonha em possuir. Atirando para o alto dão proteção as feiras livres das drogas, que são vendidas e consumidas ao ar livre por parte dos jovens nessas comunidades.

Nesses territórios exclusivos só entram com autorização expressa desses criminosos. Para aquela parte da comunidade que, em segredo, não aprova esse estilo de vida e que teme por seus filhos, a solução é se trancar em casa, dormindo debaixo da cama, com medo dos tiroteios ou de outros justicamentos que podem ocorrer por qualquer motivo e a qualquer hora. Nesse ambiente onde o valor da vida é menor do que o grama de cocaína, a desconfiança de tudo e de todos é total. Não se confia em bandido, mas também não se acredita em governo, prefeito ou vereadores e quaisquer outras instituições do Estado.

É em ambiente de terror como esse que milhares de policiais, em todo o país, são obrigados a adentrar, por ordens superiores, portando armas obsoletas e outros equipamentos de proteção ineficazes, ficando expostos à artilharia pesada dos bandidos.

Uma consulta aos números, sempre crescentes, de policiais que perdem a vida todos os dias neste país, em confronto com esses marginais, pode dar uma pequena noção da periculosidade dessa profissão. Para esses profissionais, os riscos de vida são permanentes dentro e fora da rotina de trabalho. Qualquer um desses profissionais surpreendidos por bandidos são imediatamente executados.

Centenas ou talvez milhares de policiais que morrem a caminho de casa depois de um dia de trabalho dão uma mostra dos riscos que essas atividades trazem para eles e suas famílias. Quantas viúvas, órfãos, pais e mães choram por seus filhos mortos impiedosamente por criminosos. Quantos profissionais, que por sua atividade de alto risco, tendo que conviver diariamente com a violência, não acabam internados em clínicas de doenças mentais, acometidos dos mesmos traumas que os soldados retornados de uma guerra.

Do mesmo modo que a esses profissionais não lhes é concedido o direito de matar, também não lhes é concedido o direito de viver. Vivem, por isso, numa corda bamba e corroída pela indiferença do Estado, expostos em manchetes de jornais de forma parcial.

Ao não darmos o devido valor a esses profissionais, o que estamos induzindo é o fortalecimento do crime e dos criminosos, dentro de uma justiça que, por desvios de conduta, acolhem e até beneficiam criminosos com regalias jamais vistas em outros países como progressão de pena, saída temporárias, visitas íntimas, conversas particulares com advogados e outros aviões do crime e uma série de outras regalias impensáveis em nações desenvolvidas.

Dentro desse ambiente de guerra contínua não pode haver meias medidas. Ou se apoia a polícia ou o bandido. Obviamente que as falhas nessa e outras profissões devem ser corrigidas, pois é sempre bom estar atento que o pior tipo de bandido é aquele que está escondido sob a farda de um policial. Para esse tipo específico de criminoso as penalidades devem ser exemplares e dobradas. É preciso entender que a noite de sono tranquilo, nesse país dilacerado pela violência, tem sido possível porque a polícia está de prontidão nas ruas, zelando por você e sua família.

» A frase que foi pronunciada

“Entenda, nossos policiais colocam suas vidas em risco por nós todos os dias. Eles têm um trabalho difícil a fazer para manter a segurança pública e responsabilizar aqueles que infringem a lei.”

Barack Obama

Direito assegurado

» Apague a luz. Se continuar com os olhos abertos, vai estar perfeitamente situado no ambiente. Com covid e sem covid os hospitais públicos da cidade continuam com pacientes deitados em macas pelos corredores. Não é possível que o volume de impostos cobrados não seja suficiente para dar dignidade às pessoas que usam o serviço de saúde oferecido pelo Estado. É hora de acender a luz e cobrar uma realidade diferente.

» História de Brasília

Para uma elevação de preços tão violenta, cabia às firmas distribuidoras e ao próprio Conselho Nacional do Petróleo uma nota explicativa, pois o gás engarrafado, que custava, por quilo, 45,1 passou a custar 57,75, sofrendo, assim, um aumento de quase dez cruzeiros por quilo. (Publicada em 01.03.1962)